



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO 2024
AGO 30.12.2024

De acordo com a Resolução CVM 81 de 29/03/22 - Capítulo III - Artigos 3º a 25º estamos encaminhando:

Sumário

EDITAL DE CONVOCAÇÃO	3
COMO PARTICIPAR DA ASSEMBLEIA	7
Anexo I: Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia - Artigo 10, inciso III, da Resolução CVM 81/22 e nos moldes do Item 2 do FRe (Resolução CVM nº 80/22).....	9
Anexo II: Eleger os membros do Conselho de Administração. Instalar e eleger os membros do Conselho Fiscal. - Artigo 11 da Resolução 81/22 e nos moldes do Item 7.3 a 7.6 do FRe (Resolução CVM nº 80/22).....	37
Anexo III: Remuneração dos administradores - Artigo 13 da Resolução 81/22 e nos moldes do Item 8 do FRe (Resolução CVM nº 80/22).....	56
Anexo IV: Destinação do Lucro Líquido (Artigo 10, Parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM 81/22).....	66

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

TEKA - TECELAGEM KUEHNRIK S.A. – em recuperação judicial

COMPANHIA ABERTA

CNPJ Nº 82.636.986/0001-55

EDITAL DE CONVOCAÇÃO **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Considerando a decisão proferida no Agravo de Instrumento nº. 5061544-21.2024.8.24.0000, mormente a determinação para que a Assembleia seja realizada “..., *impreterivelmente, dentro do presente exercício fiscal;*”, considerando os prazos fixados pela Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades Anônimas” ou “LSA”), pela Resolução CVM nº. 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”) e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, **TEKA - TECELAGEM KUEHNRIK S.A. – em recuperação judicial** (“Companhia”), através da administradora judicial LEIRIA & CASCAES ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA, representada pelo seu responsável técnico, *Pedro Cascaes Neto*, convoca os Senhores Acionistas da Companhia a se reunirem na **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, de forma presencial, a ser realizada às **09:00 horas** do próximo dia **30 de dezembro de 2024** (“Assembleia” ou “AGO”), no auditório do Centro de Gestão Humana, localizado na Rua 2 de Setembro, nº. 2.588, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89.052-004, com a possibilidade de envio do Boletim de voto a distância, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, acompanhadas com o Relatório da Administração e com Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
2. Destinar o Resultado Líquido do Exercício de 2023;

3. Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, titulares e suplentes, para o mandato de 3 (três) anos;
4. Na forma da Lei das Sociedades Anônimas, instalar e eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia, titulares e suplentes, e ainda, fixar a remuneração, e;
5. Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício de 2024.

1. Informações Gerais:

1.1. **Aviso aos Acionistas.** Nos termos do artigo 133 da LSA, do artigo 27 da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 80”), e dos artigos 10 e 13 da Resolução CVM nº. 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”), comunicamos que os documentos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e os demais documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia da Companhia previstos em lei e na regulamentação aplicável estão devidamente publicados e se encontram à disposição na sua sede social localizada na Rua Paulo Kuehnrich, nº. 68, bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89.052-900 e nos sítios eletrônicos da Companhia (<https://www.teka.com.br/relacao-com-investidores/>), da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

1.2. **Documentos dos Acionistas.** Os Acionistas que participarão de forma presencial, devem proceder a entrega, nos termos do Boletim, para fins de identificação e cadastro, até às **8h30 (oito horas e trinta minutos)** do dia da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (i) **acionistas que sejam pessoas físicas:** documento de identificação com foto; (ii) **acionistas que sejam pessoas jurídicas:** última consolidação do Estatuto ou do Contrato Social e

documentação comprobatória de representação (ata de eleição dos diretores e procuração, caso o representante legal não seja diretor(a) eleito(a) em ata ou ata de eleição dos diretores, caso o representante legal seja um diretor eleito em ata) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iii) **acionistas que sejam fundos de investimento**: último regulamento consolidado do fundo, Estatuto ou Contrato Social do seu administrador e documentação comprobatória de representação (ata de eleição dos diretores e procuração, caso o representante legal não seja diretor(a) eleito(a) em ata ou ata de eleição dos diretores, caso o representante legal seja um diretor eleito em ata) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). A Companhia não exigirá a autenticação, o reconhecimento de firma e/ou a consularização ou apostilamento dos documentos de identificação dos acionistas, bem como de instrumentos de procuração outorgados a seus respectivos representantes.

1.3. De acordo com as disposições da Lei das Sociedade Anônimas e da Resolução CVM 81, a Companhia realizará a AGO de modo presencial, com a possibilidade de envio do Boletim de voto a distância, conforme as instruções disponibilizadas no próprio Boletim. Informa-se que o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 10% (dez por cento) do capital votante da Companhia.

1.4. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto a distância, solicitamos aos Acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM 81, bem como do Boletim divulgados pela Companhia.

1.5. Os Acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia poderão participar da Assembleia Geral por si, por seus representantes legais ou por seus procuradores, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas.

1.6. Nos termos da Resolução CVM 81, serão considerados presentes à Assembleia os acionistas que a ela compareçam fisicamente ou que nela se façam representar, ou cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido pela Companhia.

1.7. Para a disponibilização de cadeiras, solicitamos que cada participante confirme a sua presença com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência através do e-mail: ago@teka.com.br.

Blumenau (SC), em 28 de novembro de 2024.

LEIRIA & CASCAES ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.

CNPJ nº.30.142.849/0001-60

Pedro Cascaes Neto - OAB/SC 26.536

COMO PARTICIPAR DA ASSEMBLEIA

1.1. **Formato da Assembleia:** Como a AGO será realizada de forma presencial, a participação dos acionistas somente poderá ocorrer por meio de: (i) Boletim de voto a distância; ou (ii) presencial.

1.2. **Agente Escriturador:** A instituição financeira depositária responsável pelos serviços de ações escriturais da Companhia, a saber, é o Banco Bradesco S.A., inscrita no CNPJ/MF nº. 60.746.948/0001-12 ("Bradesco").

1.3. **Boletim de Voto a Distância:** Caso o acionista opte pelo exercício do direito de voto através do Boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia nos termos da Resolução CVM 81, o Acionista poderá enviar o Boletim por meio dos seguintes canais: **(1)** caso tenha ações de emissão da Companhia depositadas no Bradesco, a instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, mediante transmissão das instruções de voto para o Bradesco, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo Bradesco; **(2)** caso tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, mediante transmissão das instruções de voto para o seu custodiante, que encaminharão as manifestações de voto recebidas à Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo respectivo custodiante; ou **(3)** mediante envio diretamente à Companhia, de forma física ou digital, conforme orientações e prazos constantes na Resolução CVM 81 e legislação aplicável.

1.4. **Envio do Boletim de Voto a Distância:** Se o Acionista deseja enviar o Boletim e demais documentos citados no item 1.2 do edital de convocação de forma física, estes deverão ser enviados para a sede da Companhia, localizada na Rua Paulo Kuehnrich, nº. 68, bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89.052-900, bem como indicar na correspondência como assunto “**Documentos da AGO da TEKA - TECELAGEM KUEHNRIK S.A. – em recuperação judicial – 30/12/2024**”, A/C da Ana Carolina Reis Margarites do

Departamento Financeiro da TEKA - TECELAGEM KUEHNRIK S.A. – em recuperação judicial.

1.4.1. Não obstante a possibilidade do envio do Boletim e os documentos que o acompanham citados no item 1.2 do edital de convocação de forma física, a Companhia solicita aos acionistas que desejarem enviar o Boletim diretamente à Companhia que, na medida do possível, adotem a forma digital de envio para o e-mail ago@teka.com.br, como assunto “**Documentos da AGO da TEKA 30/12/2024**”.

1.5. **Prazo para Envio do Boletim de Voto a Distância e Documentos dos Acionistas:** O prazo para recebimento do Boletim e do documento pessoal enviado diretamente à Companhia (fisicamente ou digitalmente) nos termos do artigo 27 da Resolução CVM 81 é até **23 de dezembro de 2024 (inclusive)**. O Boletim recebido após tal data será desconsiderado.

1.6. **Prazo para a Companhia Retornar ao Acionista:** Se o Acionista escolher enviar diretamente à Companhia o Boletim, a Companhia, em até **3 (três) dias** do recebimento de referido documento, deve comunicar ao acionista: (i) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como que o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância. O Acionista pode retificar ou reenviar o Boletim de voto a distância ou os documentos que o acompanham, observado o prazo previsto no artigo 27 da Resolução CVM 81.

Anexo I: Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia - Artigo 10, inciso III, da Resolução CVM 81/22 e nos moldes do Item 2 do FRe (Resolução CVM nº 80/22)

2 Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

- a. condições financeiras e patrimoniais gerais

COMENTÁRIOS

Senhores Acionistas

Apresentamos para apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia (individual e consolidada) relativas ao ano de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente. Assim, entendemos que de forma abrangente, demonstramos o desempenho econômico e financeiro da Companhia.

Estas informações encontram-se à disposição em nossa Sede, em nosso site www.teka.com.br, bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Os desafios para a indústria brasileira se mantiveram durante o ano de 2023, os resultados levaram o setor a fechar o ano com alta acumulada da produção de 0,2%, ainda sem recuperar a queda de 0,7% de 2022.

Contudo, mesmo diante das adversidades do mercado, a Companhia alcançou receita bruta de R\$ 387,5 MM, encerrando o ano 12,7% superior a 2022, onde atingiu R\$ 343,8 MM. No mercado interno um crescimento de 15,8% e no mercado externo redução de 33,8% em relação ao ano anterior, devido às restrições de crédito com o mercado Argentino.

Desta forma, a receita líquida do ano de 2023 foi de R\$ 297,7 MM, um incremento de 11,8% sobre o mesmo período de 2022, quando atingiu R\$ 266,1 MM.

Em 2023 verifica-se uma redução no custo dos produtos vendidos em relação à receita líquida, sendo 78,8% neste ano contra 82,1% no mesmo período em 2022, alcançando o montante de R\$ 234,4 MM.

A Companhia mantém o foco na eficiência, otimização e redução de custos/despesas em geral, dando passos importantes, onde o direcionamento estratégico fez a diferença, refletindo nos resultados.

No que se refere ao resultado financeiro de R\$ 148,5 MM, verifica-se aumento de 173,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, no valor de R\$ 54,2 MM. Valores significativos se referem a atualização financeira de passivos acumulados do passado.

Importante esclarecer que a relevante variação entre os dois períodos se deve aos ajustes efetuados em 2022, onde verificou-se a inexistência de débitos financeiros, o que resultou em

ajustes realizados nos termos do item 5 do CPC 23, combinado com o item 8 do sumário do referido pronunciamento.

Ademais, foi alcançada significativa evolução nos trabalhos iniciados em 2018, com relevantes efeitos na posição patrimonial da Companhia, conforme destacado na nota explicativa nº 17 – Provisão para contingências e depósitos judiciais.

Nesse contexto o resultado alcançado no ano de 2023 foi negativo em R\$ 151,5 MM, contra um resultado negativo de R\$ 159,7 MM em 2022.

A Administração segue confiante na retomada gradual e contínua, firme no propósito de realização de nosso planejamento estratégico, seguindo com o plano de soerguimento da Companhia.

PRÊMIO FORNECEDOR DESTAQUE DA HOTELARIA 2023

Em fevereiro de 2024, a Revista Hotéis divulgou resultado da votação dos Melhores Fornecedores da Hotelaria de 2023. Pelo segundo ano consecutivo, a TEKA consagrou-se como Melhor Fornecedor de Enxoval de Cama e Banho. Foi realizada enquete pública com mais de 5 mil hoteleiros de todo o Brasil. Esta 13ª edição do prêmio teve recorde de votos válidos, o que demonstra a importância desta conquista.

A marca TEKA é líder em enxoval de cama e banho para hotéis. O reconhecimento se confirma com o prêmio nesta categoria em 2018, 2019, 2022 e 2023, além da marca mais lembrada pelos consumidores em 2012 e 2020.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A TEKA, reconhecida pela criação de produtos de alta qualidade, mantém um compromisso contínuo com o impacto ambiental e social de suas operações. A Companhia tem implementado práticas sustentáveis, tanto em âmbito externo quanto interno, visando a redução do consumo de recursos naturais, a reciclagem de materiais e a promoção de benefícios sociais. A relação da Companhia com seus públicos, é fundamentada em sua missão e estratégia de negócios, com a firme crença de que os resultados devem ser alcançados sob as perspectivas econômica, pessoal, ética, social e ambiental.

Ao término do ano de 2023, a TEKA contava com 1.368 colaboradores, um aumento em relação aos 1.269 do ano anterior, oferecendo um ambiente de trabalho propício ao desenvolvimento profissional e pessoal. No ano em questão, foram realizados diversos treinamentos focados na capacitação e no aprimoramento dos colaboradores, com ênfase na melhoria dos processos e na qualidade dos produtos. O programa de estágio e aprendizagem da empresa representa um investimento nos talentos emergentes, com aproximadamente 80 estudantes participando do programa.

No que tange à sustentabilidade ambiental, a Companhia mantém controles rigorosos sobre a poluição, destacando-se pelo tratamento de efluentes altamente eficaz. Além disso, zela pelo descarte adequado de resíduos e opta por embalagens plásticas provenientes de empresas

recicladoras, impactando significativamente na redução do consumo de água, emissões de gás carbônico, uso de energia elétrica e destinação de resíduos para aterros sanitários.

Recentemente, a TEKA foi agraciada com dois certificados que atestam seu comprometimento com a sustentabilidade: um concedido pela ALCAPLAS, fornecedora de resinas e embalagens plásticas recicladas, e outro pela AVPLAS, recicladora e fabricante de embalagens plásticas. Tais certificações evidenciam a contribuição da Companhia para a preservação ambiental e para a criação de empregos, tanto diretos quanto indiretos.

AUDITOR INDEPENDENTE

Em atendimento a Instrução CVM nº 381/03, a TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. e suas controladas informam que não houve a realização de outros serviços, além da auditoria externa, realizados pela NEXT Auditores Independentes S/S no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

AGRADECIMENTOS

Após o encerramento de mais um exercício, reforçamos nosso compromisso com a sociedade, clientes, consumidores, fornecedores e colaboradores.

Nosso especial agradecimento aos colaboradores pela dedicação e comprometimento com seu trabalho e aos nossos fornecedores e financeiras pela cooperação e parceria.

Blumenau (SC), março de 2024.

A Administração

b. estrutura de capital

Não há previsão para a realização a curto prazo de hipótese de resgate de ações e mudança na estrutura de capital.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

Os compromissos financeiros atuais estão sendo totalmente quitados onde a capacidade de pagamento é total. Quanto aos compromissos firmados pela gestão anterior a 2018 é essencial manter foco em realizar uma estruturação de capital de forma otimizada e sustentável, através de venda de ativos e renegociação com credores, para quitação dos mesmos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Desconto das duplicatas, antecipação de recebíveis, operações de fomento e crédito de fornecedores.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Sem previsão de captação.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras
- iii. grau de subordinação entre as dívidas
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Capital de giro	78.048	90.132	78.048	90.132
BRDE	12.910	12.910	12.910	12.910
Debêntures	735	278	735	278
Sujeitos à recup.judicial	428.111	397.283	428.111	397.283
Parcela Circulante	519.804	500.603	519.804	500.603
Debêntures	25.818	2.600	25.818	2.600
Parcela não circulante	25.818	2.600	25.818	2.600
	545.622	503.203	545.622	503.203

Taxas

Capital de giro	1 a 2,03% a.m. / 1% a.m.+INPC / 1 a 2,30% a.m.+IGPM / TR+0,50% a.m.
BRDE	TJLP + 7,00% a.a.
Debêntures	TJLP + 1,50% a.a.
Sujeitos à recup.judicial	TJLP + 1,50% a.a.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Por data de vencimento				
Vencidos	40.074	38.154	40.074	38.154
Em até 6 meses	40.538	53.828	40.538	53.828
De 6 meses a 1 ano	11.081	11.338	11.081	11.338
Acima de 1 ano	25.818	2.600	25.818	2.600
Sujeitos à recup.judicial	428.111	397.283	428.111	397.283
	545.622	503.203	545.622	503.203

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Por tipo de moeda				
Reais	544.043	502.380	544.043	502.380
US\$	1.579	823	1.579	823
	545.622	503.203	545.622	503.203

Garantias e avais

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado no total de R\$ 165 milhões (R\$ 171 milhões em 31/12/2022).

Debêntures

No Plano de Recuperação há a previsão de emissão de Debêntures a credores. No exercício de

2016 a Companhia iniciou o processo de entrega, cujo montante original de R\$ 12.976 (atualizado R\$ 25.818) até 31/12/2023 está reconhecido na rubrica Debêntures no Longo Prazo.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia possui limites de utilização dos financiamentos via desconto das duplicatas e operações de fomento sendo tomados 25% do contratado.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	% Var 23 x 22	31/12/2023	31/12/2022	% Var 23 x 22
Receita De Vendas E/Ou Serviços	296.762	265.473	11,8%	297.650	266.136	11,8%
Custo De Bens E/Ou Serviços Vendidos	(232.891)	(217.302)	7,2%	(234.426)	(218.558)	7,3%
Resultado Bruto	63.871	48.171	32,6%	63.224	47.578	32,9%
Despesas/Receitas Operacionais	(72.710)	(159.589)	-54,4%	(67.554)	(155.247)	-56,5%
Com Vendas	(42.746)	(33.773)	26,6%	(43.777)	(34.745)	26,0%
Gerais E Administrativas	(15.597)	(14.241)	9,5%	(15.616)	(14.270)	9,4%
Outras Receitas Operacionais	33.803	27.685	22,1%	33.791	28.244	19,6%
Outras Despesas Operacionais	(47.242)	(138.373)	-65,9%	(41.952)	(134.476)	-68,8%
Resultado De Equivalência Patrimonial	(928)	(887)	4,6%	-	-	
Resultado Antes Do Resultado Financeiro E Dos Tributos	(8.839)	(111.418)	-92,1%	(4.330)	(107.669)	-96,0%
Resultado Financeiro	(143.544)	(49.704)	188,8%	(148.499)	(54.223)	173,9%
Receitas Financeiras	51.705	45.852	12,8%	51.774	45.910	12,8%
Despesas Financeiras	(195.249)	(95.556)	104,3%	(200.273)	(100.133)	100,0%
Resultado Antes Dos Tributos Sobre O Lucro	(152.383)	(161.122)	-5,4%	(152.829)	(161.892)	-5,6%
Diferido	838	1.432	-41,5%	1.284	2.202	-41,7%
Resultado Líquido Das Operações Continuadas	(151.545)	(159.690)	-5,1%	(151.545)	(159.690)	-5,1%
Lucro/Prejuízo Do Período	(151.545)	(159.690)	-5,1%	(151.545)	(159.690)	-5,1%
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-	-		(151.545)	(159.690)	
Resultado Por Ação	(301,19)	(317,38)	-5,1%	(301,19)	(317,38)	-5,1%

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	% Var 23 x 22	31/12/2023	31/12/2022	% Var 23 x 22
ATIVO TOTAL	1.165.326	1.088.604	7,0%	1.176.189	1.099.856	6,9%
ATIVO CIRCULANTE	111.717	106.031	5,4%	111.904	106.587	5,0%
Caixa e Equivalentes de Caixa	194	402	-51,7%	314	551	-43,0%
Contas A Receber	64.016	59.768	7,1%	62.159	58.169	6,9%
Estoques	44.729	42.905	4,3%	45.539	43.756	4,1%
Tributos A Recuperar	326	300	8,7%	712	792	-10,1%
Despesas Antecipadas	45	30	50,0%	45	30	50,0%
Outros Ativos Circulantes	2.407	2.626	-8,3%	3.135	3.289	-4,7%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.053.609	982.573	7,2%	1.064.285	993.269	7,1%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	887.737	814.186	9,0%	888.196	814.644	9,0%
Outros Ativos Não Circulantes	887.737	814.186	9,0%	888.196	814.644	9,0%
INVESTIMENTOS	45.726	47.436	-3,6%	4.882	5.116	-4,6%
Participações Societárias	40.844	42.320	-3,5%	-	-	
Propriedade Para Investimentos	4.882	5.116	-4,6%	4.882	5.116	-4,6%
IMOBILIZADO	119.938	120.704	-0,6%	170.999	173.262	-1,3%
INTANGÍVEL	208	247	-15,8%	208	247	-15,8%

	Controladora		% Var 23 x 22	Consolidado		% Var 23 x 22
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	
PASSIVO TOTAL	1.165.326	1.088.604	7,0%	1.176.189	1.099.856	6,9%
PASSIVO CIRCULANTE	2.612.982	2.476.200	5,5%	2.687.029	2.544.912	5,6%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	924.320	879.792	5,1%	964.072	917.402	5,1%
Fornecedores	457.880	447.437	2,3%	459.755	449.180	2,4%
Obrigações Fiscais	453.016	410.406	10,4%	483.111	438.980	10,1%
Obrigações Fiscais Federais	269.845	239.766	12,5%	299.918	268.312	11,8%
Obrigações Fiscais Estaduais	135.718	130.464	4,0%	135.740	130.492	4,0%
Obrigações Fiscais Municipais	47.453	40.176	18,1%	47.453	40.176	18,1%
Empréstimos E Financiamentos	519.804	500.603	3,8%	519.804	500.603	3,8%
Empréstimos E Financiamentos	519.069	500.325	3,7%	519.069	500.325	3,7%
Debentures	735	278	164,4%	735	278	164,4%
Outras Obrigações	225.613	208.551	8,2%	227.220	208.680	8,9%
Passivos Com Partes Relacionadas	31.522	28.714	9,8%	39.569	35.807	10,5%
Outros	194.091	179.837	7,9%	187.651	172.873	8,5%
Provisões	32.349	29.411	10,0%	33.067	30.067	10,0%
Provisões Fiscais, Previdenciárias Trab. E Cíveis	32.349	29.411	10,0%	33.067	30.067	10,0%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	622.367	530.361	17,3%	559.112	472.824	18,2%
Empréstimos E Financiamentos	25.818	2.600		25.818	2.600	
Debentures	25.818	2.600	893,0%	25.818	2.600	893,0%
Outras Obrigações	64.091	63.901	0,3%	12.548	12.344	1,7%
Passivos Com Partes Relacionadas	51.543	51.557	-0,0%	-	-	
Outros	12.548	12.344	1,7%	12.548	12.344	1,7%
Tributos Diferidos	28.993	29.831	-2,8%	46.278	47.563	-2,7%
Provisões	503.465	434.029	16,0%	474.468	410.317	15,6%
Provisões Fiscais, Previdenciárias Trab. E Cíveis	474.468	410.317	15,6%	474.468	410.317	15,6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	(2.070.023)	(1.917.957)	7,9%	(2.069.952)	(1.917.880)	7,9%
Capital Social Realizado	21.945	21.945	0,0%	21.945	21.945	0,0%
Reservas De Reavaliação	57.433	59.191	-3,0%	57.433	59.191	-3,0%
Reservas De Lucros	4.389	4.389	0,0%	4.389	4.389	0,0%
Prejuízos Acumulados	(2.185.811)	(2.036.579)	7,3%	(2.185.811)	(2.036.579)	7,3%
Ajustes De Avaliação Patrimonial	27.468	28.023	-2,0%	27.468	28.023	-2,0%
Ajustes Acumulados De Conversão	4.553	5.074	-10,3%	4.553	5.074	-10,3%
Participação Acionistas Não-Controladores	-	-		71	77	-7,8%

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia resulta da produção e comercialização de artigos relacionados a produtos de banho, cama e mesa.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A equação entre custo de produção mais despesas, versus o cenário mercadológico, possibilitou maior equilíbrio em relação aos exercícios anteriores.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A variação nos preços de alguns insumos pode afetar de forma relevante os custos de produção e, consequentemente, os preços para nossos clientes. Variações nos índices de inflação são repassadas para nossos clientes, embora, nas negociações com nossos fornecedores, buscamos sempre o menor custo possível, respeitando os princípios de nossa relação comercial. O aumento da inflação poderá afetar nossos negócios na medida em que corrompa o poder de

consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão a consumir. Mesmo frente a isso a empresa vai ampliar sua capacidade de criar valor e gerar resultados positivos de forma sustentada e contínua através da gestão de unidade de negócios, visando otimizar custos e despesas, focando MARCAS, produtos e novos canais de vendas, fortalecendo assim, ainda mais suas operações e sua marca.

- c. impacto relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência. Nesse segmento que atuamos, existe uma exposição à variação de um único insumo (algodão) onde a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas principalmente no custo de produção. As elevadas despesas com captação de recursos, visto aumentos gradativos da taxa Selic, também nos afeta diretamente.

2.3 Os diretores devem comentar:

- a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não há mudanças significativas nas práticas contábeis.

- b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Foram emitidos conforme se transcreve abaixo:

Ano de 2021

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, Emitido com Abstenção de Opinião

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

TEKA - TECELAGEM KUEHNRIK S.A. ("EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL")
Blumenau – SC

Abstenção de opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, da TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A – em Recuperação Judicial (“Companhia”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia, pois, em decorrência da relevância dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa número 1.1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30 de outubro de 2013. No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, com oposição à decisão que visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA, dos quais ainda o agravo nº 0189533-81.2013.8.24.0000, interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra a Companhia, encontra-se pendente de julgamento dos embargos de declaração interpostos. Sendo assim, devido ao interposto remanescente ainda não julgado, a Companhia não havia registrado os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Entretanto, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, a CVM assim se manifestou comentando que a Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial. Desta forma, considerando as orientações da CVM, toda a situação contábil passível de avaliação e de reconhecimento foi ajustada nos demonstrativos da Companhia com base no Plano de Recuperação Judicial (vide nota 1.1). A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial,

assim como, para permitir à Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 80.118 mil (R\$ 115.783 mil em 31 de dezembro de 2020) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 1.880.927 mil (R\$ 1.805.423 mil em 31 de dezembro de 2020). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$ 2.319.041 mil e R\$ 2.382.142 mil (R\$ 2.213.170 mil e R\$ 2.275.146 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$ 1.757.788 mil e R\$ 1.757.706 mil (R\$ 1.678.232 mil e R\$ 1.678.155 mil em 31 de dezembro de 2020). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere dúvida quanto à base para preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Tais assuntos, suscitam dúvida sobre a sua continuidade.

3. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1. e 2. acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não divulgam, integralmente, estes fatos.

4. Conforme descrito na nota explicativa 8, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB). No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$ 724.258 mil em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 694.134 mil em 31 de dezembro de 2020) no ativo não circulante. A homologação dos referidos créditos depende de avaliação da RFB e do desfecho do processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos em detrimento da compensação pretendida pela RFB com outros tributos federais.

5. Conforme descrito na nota explicativa 15, a Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$ 559.310 mil controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 514.073 mil em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$ 369.344 mil (R\$ 349.070 mil em 31 de dezembro de 2020) foram incluídos no Plano de Recuperação Judicial. Devido ao processo de recuperação judicial em que a Companhia se encontra e aos processos judiciais de revisão dos contratos financeiros,

existem diversas situações a serem consideradas quanto ao passivo financeiro da Companhia, a saber: i) a maior parte das instituições financeiras não respondem aos procedimentos de auditoria externa de confirmação de saldo através das circularizações, ii) as operações com Debêntures no montante de R\$ 211 mil, controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 180 mil em 31 de dezembro de 2020) encontram-se com seus pagamentos em atraso. Devido à situação comentada em especial pela ausência de confirmação externa das instituições financeiras não obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas demonstrações financeiras caso venha a ocorrer o insucesso da Companhia nos pleitos judiciais ou na recuperação judicial em curso.

6. Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía provisões classificadas com risco provável de R\$ 316.906 mil controladora e R\$ 317.484 mil consolidado (R\$ 316.243 mil controladora e R\$ 316.775 mil consolidado em 31 de dezembro de 2020) e depósitos judiciais de R\$ 35.810 mil controladora e R\$ 36.598 mil consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 33.877 mil e R\$ 34.664 mil em 31 de dezembro de 2020), entretanto identificamos que a Companhia apresenta fraquezas relevantes nos controles internos relacionados ao processo de mensuração das provisões para contingências e depósitos judiciais, gerando razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas informações financeiras não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente. Tais deficiências incluem a ausência de controles adequados na identificação de novos passivos contingentes, manutenção e atualização dos riscos de perda e os riscos econômicos envolvidos nas causas em andamento, falta de conciliação e acompanhamento de todos os processos junto aos assessores externos que garantam a integridade e correta apresentação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras, análise tempestiva das alterações processuais e dos impactos do processo de reconhecimento das contingências que assegurem a fidedignidade das provisões.

Apesar dos passos empreendidos no decorrer do exercício no sentido de sanar as fraquezas nos controles internos supramencionados, através da intensificação dos levantamentos da situação e quantificação das contingências, dado o expressivo volume de demandas e considerando as incertezas significativas e a relevância dos assuntos comentados, não nos foi possível concluir sobre o adequado registro dos valores de provisão para contingências e depósitos judiciais apresentados pela Companhia na data base de 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados para revisar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das demonstrações do valor adicionado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente. Devido à relevância dos assuntos mencionados na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor Independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada “Bases para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Ênfase

Cobertura de Seguros

Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da TEKA S.A., a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2021, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.



Blumenau – SC, 22 de março de 2022.

NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC-SC 8.765/O-4

Eduard Claus Morsch – Sócio Responsável

Contador CRC-SC 029.522/O-0

São Paulo, SP

+55 11 3568 2868

Av. Faria Lima, 3144

Curitiba, PR

+55 41 2101 1690

R. Pasteur, 463, 13º andar

Blumenau, SC

+55 47 3288 1979

R. Itapiranga, 233, sl. 17

Ano de 2022

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, Emitido com Abstenção de Opinião

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

TEKA - TECELAGEM KUEHNRIK S.A. ("EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL")
Blumenau – SC

Abstenção de opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, da TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A – em Recuperação Judicial (“Companhia”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em

31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia, pois, em decorrência da relevância dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa número 1.1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30 de outubro de 2013. No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, com oposição à decisão que visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA, dos quais ainda o agravo nº 0189533-81.2013.8.24.0000, interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra a Companhia, encontra-se pendente de julgamento dos embargos de declaração interpostos. Sendo assim, devido ao interposto remanescente ainda não julgado, a Companhia não havia registrado os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Entretanto, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, a CVM assim se manifestou comentando que a Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial. Desta forma, considerando as orientações da CVM, toda a situação contábil passível de avaliação e de reconhecimento foi ajustada nos demonstrativos da Companhia com base no Plano de Recuperação Judicial (vide nota 1.1). A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir à Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 159.690 mil (R\$ 80.118 mil em 31 de dezembro de

2021) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 2.036.579 mil (R\$ 1.880.927 mil em 31 de dezembro de 2021). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$ 2.370.169 mil e R\$ 2.438.325 mil (R\$ 2.319.041 mil e R\$ 2.382.142 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$ 1.917.957 mil e R\$ 1.917.880 mil (R\$ 1.757.788 mil e R\$ 1.757.706 mil em 31 de dezembro de 2021). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere dúvida quanto à base para preparação das informações financeiras individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Tais assuntos, suscitam dúvida sobre a sua continuidade.

3. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1. e 2. acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não divulgam, integralmente, estes fatos.

4. Conforme descrito na nota explicativa 8, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB). No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$ 769.912 mil em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 724.258 mil em 31 de dezembro de 2021) no ativo não circulante. A homologação dos referidos créditos depende de avaliação da RFB e do desfecho do processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos em detrimento da compensação pretendida pela RFB com outros tributos federais.

5. Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas

divulgações requeridas. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía provisões classificadas com risco provável de R\$ 439.728 mil controladora e R\$ 440.384 mil consolidado (R\$ 316.906 mil controladora e R\$ 317.484 mil consolidado em 31 de dezembro de 2021) e depósitos judiciais de R\$ 37.668 mil controladora e R\$ 38.126 mil consolidado em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 35.810 mil e R\$ 36.598 mil em 31 de dezembro de 2021), entretanto identificamos que a Companhia apresenta fragilidades nos controles relacionados ao processo de mensuração das provisões para contingências e depósitos judiciais, gerando uma razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas informações financeiras não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente.

Apesar dos passos empreendidos no sentido de sanar as fragilidades nos controles supramencionados, através da intensificação dos levantamentos da situação e quantificação das contingências, que culminaram em um ajuste no exercício de 2022 no montante de R\$ 105.918 mil, conforme detalhado na nota explicativa 17, dado o expressivo volume de demandas, considerando a relevância dos assuntos comentados e as incertezas significativas que envolvem o tema, as quais só poderão ser dirimidas quando da conciliação integral de todos os processos existentes, não nos foi possível concluir sobre o adequado registro dos valores de provisão para contingências e depósitos judiciais apresentados pela Companhia na data base de 31 de dezembro de 2022 em sua totalidade.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados para revisar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das demonstrações do valor adicionado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente. Devido à relevância dos assuntos mencionados na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor Independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada “Bases para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Ênfase

Cobertura de Seguros

Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da TEKA S.A., a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2022, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.



Blumenau – SC, 23 de março de 2023.

NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC-SC 8.765/O-4

Eduard Claus Morsch – Sócio Responsável

Contador CRC-SC 029.522/O-0

São Paulo, SP
+55 11 3568 2868
Av. Faria Lima, 3144

Curitiba, PR
+55 41 2101 1690
R. Pasteur, 463, 13º andar

Blumenau, SC
+55 47 3288 1979
R. Itapiranga, 233, sl. 17

Ano de 2023

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, Emitido com Abstenção de Opinião

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

TEKA - TECELAGEM KUEHNRIK S.A. ("EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL")
Blumenau – SC

Abstenção de opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, da TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A – em Recuperação Judicial (“Companhia”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia, pois, em decorrência da relevância dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa número 1.1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30 de outubro de 2013. No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, com oposição à decisão que visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA, dos quais ainda o agravo nº 0189533-81.2013.8.24.0000, interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra a Companhia, encontra-se pendente de julgamento dos embargos de declaração interpostos. Sendo assim, devido ao interposto remanescente ainda não julgado, a Companhia não havia registrado os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Entretanto, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, a CVM assim se manifestou comentando que a Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial. Desta forma, considerando as orientações da CVM, toda a situação contábil passível de avaliação e de reconhecimento foi ajustada nos demonstrativos da Companhia com base no Plano de Recuperação Judicial (vide nota 1.1). A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir à Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 151.545 mil (R\$ 159.690 mil em 31 de dezembro de 2022) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 2.185.811 mil (R\$ 2.036.579 mil em 31 de dezembro de 2022). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$ 2.501.265 mil e R\$ 2.575.125 mil (R\$ 2.370.169 mil e R\$ 2.438.325 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$ 2.070.23 mil e R\$ 2.069.952 mil (R\$ 1.917.957 mil e R\$ 1.917.880 mil em 31 de dezembro de 2022). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere dúvida quanto à base para preparação das informações financeiras individuais e

consolidadas. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Tais assuntos, suscitam dúvida sobre a sua continuidade.

3. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1. e 2. acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não divulgam, integralmente, estes fatos.

4. Conforme descrito na nota explicativa 8, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB). No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$ 840.232 mil em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 769.912 mil em 31 de dezembro de 2022) no ativo não circulante. A homologação dos referidos créditos depende de avaliação da RFB e do desfecho do processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos em detrimento da compensação pretendida pela RFB com outros tributos federais.

5. Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía provisões classificadas com risco provável de R\$ 506.817 mil controladora e R\$ 507.535 mil consolidado (R\$ 439.728 mil controladora e R\$ 440.384 mil consolidado em 31 de dezembro de 2022) e depósitos judiciais de R\$ 39.725 mil controladora e R\$ 40.184 mil consolidado em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 37.668 mil e R\$ 38.126 mil em 31 de dezembro de 2022), entretanto identificamos que a Companhia ainda apresenta divergências entre os controles auxiliares de provisões para contingências e depósitos judiciais para os controles contábeis, necessitando de conciliação. Isso gera uma razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas informações financeiras não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente.

Apesar dos passos empreendidos no sentido de sanar as divergências nos controles supramencionados, mediante conclusão da conciliação das contingências cíveis e através da intensificação dos levantamentos da situação e quantificação das contingências, que culminaram em um ajuste no exercício de 2023 no montante de R\$ 36.592 mil (R\$ 105.918 – 2022), conforme detalhado na nota explicativa 17, dado o expressivo volume de demandas, considerando a relevância dos assuntos comentados e as incertezas que envolvem o tema, as quais só poderão ser dirimidas quando da conciliação integral de todos os processos existentes, não nos foi possível concluir sobre o adequado registro dos valores de provisão para contingências e depósitos judiciais apresentados pela Companhia na data base de 31 de dezembro de 2023 em sua totalidade

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados para revisar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das demonstrações do valor adicionado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente. Devido à relevância dos assuntos mencionados na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor Independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada “Bases para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Ênfase

Cobertura de Seguros

Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da TEKA S.A., a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2023, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Blumenau – SC, 21 de março de 2024.



NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC-SC 8.765/O-4

Eduard Claus Morsch – Sócio Responsável

Contador CRC-SC 029.522/O-0

São Paulo, SP

+55 11 3568 2868

Av. Faria Lima, 3144

Curitiba, PR

+55 41 2101 1690

R. Pasteur, 463, 13º andar

Blumenau, SC

+55 47 3288 1979

R. Itapiranga, 233, sl. 17

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve fatos relevantes.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Sem efeitos nas demonstrações.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve fatos relevantes.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não houve divulgação.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não há eventos significativos que altere substancialmente as demonstrações financeiras.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

b. regras sobre distribuição de dividendos

c. periodicidade das distribuições de dividendos

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não houve destinação dos resultados sociais, a empresa registrou prejuízo no exercício.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iii. contratos de construção não terminada.
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não ocorreram.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não ocorreram.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia efetuou em 2023 investimentos somente na manutenção de seu parque fabril. Os investimentos importaram em R\$ 436,1 (R\$ 2.412,7 mil em 2022). Para 2024, a Companhia tem previsão de investimentos pontuais na modernização do parque fabril, com foco na melhoria de nossa produtividade e competitividade.

- ii. fontes de financiamento dos investimentos

Recursos próprios.

- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

- c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

- d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não se aplica.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não foram identificados outros fatores relevantes que não os anteriormente comentados.

Anexo II: Eleger os membros do Conselho de Administração. Instalar e eleger os membros do Conselho Fiscal. - Artigo 11 da Resolução 81/22 e nos moldes do Item 7.3 a 7.6 do FRe (Resolução CVM nº 80/22)

Art. 11. Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer

I – no mínimo, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência, relativamente aos candidatos indicados pela administração ou pelos acionistas controladores;

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Os Acionistas Cell Participação e Administração Ltda, R.M.M.F. Participações Ltda e Monte Claro Participações e Serviços S.A. indicam os seguintes nomes para compor os Conselhos de Administração e Fiscal:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

a)	NOME	Jaime Gustavo Grossenbacher	Nelson Luiz Paula De Oliveira	Luiz Cezar Vasques Rodrigues	Fabricio Pozzi Colzani
b)	DATA NASCIMENTO	09/03/1946	13/07/1957	30/12/1959	08/07/1975
c)	PROFISSÃO	Empresário	Administrador	CEO / CRO	Administrador
d)	DOCUMENTO	029.850.809-59	232.298.109-53	011.901.468-86	909.670.979-91
e)	CARGO ELETIVO	EFETIVO	EFETIVO	EFETIVO	EFETIVO
f)	DATA ELEIÇÃO	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024
g)	DATA POSSE	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024
h)	PRAZO MANDATO	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
i)	ELEITO PELO CONTROLADOR	SIM	SIM	SIM	SIM
j)	MEMBRO INDEPENDENTE	SIM	SIM	SIM	SIM
k)	MANDATOS CONSECUTIVOS	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
l)	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAIS	segue abaixo	segue abaixo	segue abaixo	segue abaixo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

a)	NOME	Hans-Dieter Didjurgeit	Almir Maestri	José Felipe Mata De Rangel Moreira Cavalcanti	Christina Salles Kuehnrich
b)	DATA NASCIMENTO	02/08/1952	13/07/1953	25/02/1954	25/01/1955
c)	PROFISSÃO	Empresário	Economista / Empresário	Empresário	Empresária
d)	DOCUMENTO	246.576.549-34	516.091.269-04	066.658.294-72	309.102.429-68
e)	CARGO ELETIVO	SUPLENTE	SUPLENTE	SUPLENTE	SUPLENTE
f)	DATA ELEIÇÃO	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024
g)	DATA POSSE	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024
h)	PRAZO MANDATO	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
i)	ELEITO PELO CONTROLADOR	SIM	SIM	SIM	SIM
j)	MEMBRO INDEPENDENTE	SIM	SIM	SIM	NÃO
k)	MANDATOS CONSECUTIVOS	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
l)	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAIS	segue abaixo	segue abaixo	segue abaixo	segue abaixo

CONSELHO FISCAL

a)	NOME	Fernando Machado dos Santos	José Vitor da Silva Brião	José Augusto De Lima	César Augusto De Lima
b)	DATA NASCIMENTO	21/11/1979	18/07/1989	04/08/1945	24/03/1980
c)	PROFISSÃO	Contador	Contador	Contador	Contador / Administrador
d)	DOCUMENTO	003.961.979-03	063.367.989-50	222.858.579-34	004.347.189-71
e)	CARGO ELETIVO	EFETIVO	EFETIVO	EFETIVO	EFETIVO
f)	DATA ELEIÇÃO	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024
g)	DATA POSSE	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024
h)	PRAZO MANDATO	Art. 161 § 2	Art. 161 § 2	Art. 161 § 2	Art. 161 § 2
i)	ELEITO PELO CONTROLADOR	SIM	SIM	SIM	SIM
j)	MEMBRO INDEPENDENTE	SIM	SIM	SIM	SIM
k)	MANDATOS CONSECUTIVOS	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
l)	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAIS	segue abaixo	segue abaixo	segue abaixo	segue abaixo

CONSELHO FISCAL

a)	NOME	Paulo Cesar Martins Viana	Suzan Priscila Rausch	Ademir Henschel	Rafaella Hecht Morastoni
b)	DATA NASCIMENTO	16/04/1970	26/09/1992	06/07/1972	01/02/1998
c)	PROFISSÃO	Contadora	Contadora	Consultor	Contadora
d)	DOCUMENTO	629.525.109-97	085.957.169-60	772.554.459-34	090.113.219-52
e)	CARGO ELETIVO	SUPLENTE	SUPLENTE	SUPLENTE	SUPLENTE
f)	DATA ELEIÇÃO	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024
g)	DATA POSSE	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024
h)	PRAZO MANDATO	Art. 161 § 2	Art. 161 § 2	Art. 161 § 2	Art. 161 § 2
i)	ELEITO PELO CONTROLADOR	SIM	SIM	SIM	SIM
j)	MEMBRO INDEPENDENTE	SIM	SIM	SIM	SIM
k)	MANDATOS CONSECUTIVOS	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
l)	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAIS	segue abaixo	segue abaixo	segue abaixo	segue abaixo

JAIME GUSTAVO GROSSENBACHER

Brasileiro – Casado - Nasc. 09/03/1946
 End: Nereu Ramos, 297 - Jardim Blumenau - Cep: 89010401
 Cpf: 029850809-59 Ci: 96665 Iml-SC.

Atividades:

- Formado em Direito pela Faculdade de Direito da UFSC / Florianópolis;
- Formado na ESAG, primeira Turma, pela Escola Superior de Administração e Gerência- Florianópolis;
- Pós-graduado em Direito Comercial pela Furb – Blumenau;
- Representante comercial em Florianópolis;
- FIESC-Assessor Econômico;
- Conselheiro do Conselho Estadual de Contribuintes - Florianópolis
- Ramo imobiliário – Florianópolis;
- Secretário de Administração da Prefeitura de Blumenau, gestão Prefeito Felix Theis;
- Ramo de Auto Center;
- Exploração de atividade aérea em Blumenau quando fundou a Escola prática e teórica para formação de pilotos de Helicóptero;

- Diretor da ACIB - Associação Comercial e Industrial de Blumenau por diversas gestões;
- Fundador da BTV - TV a cabo de Blumenau;
- Fundador da TV Galega - primeira TV regional por cabo em SC;
- CIEF - membro do Centro Industrial de Feiras e Eventos em Blumenau
- Atividades imobiliárias;
- Atividades em Museus temáticos em Foz do Iguaçu;
- Embaixador dos negócios do Estado da Pomerania/Mecklenburg – Alemanha;
- Consultor em pesquisas nano e energias renováveis pelas Universidades de Ilmenau e Stralsund, Alemanha;
- Representante para o Brasil da Universidade de Ilmenau - Alemanha, através de cooperação bilateral em diversas áreas tecnológicas no campo universitário e empresarial.

NELSON LUIZ PAULA DE OLIVEIRA

Brasileiro, casado, 70 anos, 02 filhas
Rua Dr. Manoel Pedro, 852 – Cabral – Curitiba-PR- CEP: 80035-030
Tel.: 41- 3503-5895 (residencial) / 41-99985-5960 (celular)
E-mails: nelson@brickinvest.com.br / nelsonoliveira13@yahoo.com.br
nelson@cgnconsultores.com.br

OBJETIVO PROFISSIONAL

Aproveitar a experiência adquirida ao longo da minha extensa carreira profissional e desenvolver negócios que agreguem valor aos clientes e parceiros.

Habilitado, com Certificação do IBGC (CCI) e da Gonew, a participar como Conselheiro de Administração de Empresas dos mais diversos portes e formação de capital.

Especializado em implantação de Governança Corporativa, Governança Familiar e atuação em processos de Sucessão e resolução de Conflitos.

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

- ☐ Certificação (CCI) para atuar como Conselheiro de Administração pelo IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
- ☐ Master em Governança pela Gonew.co
- ☐ Certificação como Conselheiro de Inovação pela Gonew.co
- ☐ Certificação como Conselheiro Social pela Gonew.co
- ☐ Certificação como Conselheiro Familiar pela Gonew.co
- ☐ Especialização em Governança Corporativa
- ☐ Especialização em Implantação de Governança Familiar e Processos de Sucessão
- ☐ Experiência na elaboração, implantação e acompanhamento de planos estratégicos
- ☐ Experiência em elaboração de Diagnósticos Empresariais
- ☐ Gestão de relacionamento com clientes
- ☐ Espírito de liderança para trabalhos em equipe
- ☐ Hável negociador
- ☐ Desenvolvimento de produtos com foco no cliente
- ☐ Experiência em:
 - Negociações e reestruturações
 - Análise de Investimentos
 - Gestão de pessoas
 - Fusões e Aquisições
 - Operações financeiras

FORMAÇÃO ACADÊMICA E REGISTRO PROFISSIONAL

Administração de Empresas – FAE BUSINESS SCHOOL – Graduação em 1976 CRA 1915-PR

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- ☐ Certificação (CCI) para atuar como Conselheiro de Administração pelo IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
- ☐ Habilitação em Governança Corporativa pelo IBGC- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
- ☐ Master em Governança pela Gonew.co.
- ☐ Certificação como Conselheiro de Inovação pela Gonew.co.
- ☐ Certificação como Conselheiro Social pela Gonew.co.
- ☐ Certificação como Conselheiro Familiar pela Gonew.co
- ☐ Especialização em Governança Familiar.
- ☐ Capacitação em Abertura de Capital para Conselheiros- BMF&BOVESPA (atual B3).
- ☐ Diversos cursos nas áreas de governança corporativa, governança familiar, governança pública, estratégia, crédito, produtos, gestão, comportamento e mercado.
- ☐ Conselheiro Consultivo do IBEF Paraná.
- ☐ Coordenador do IBGC Capítulo Paraná por 7 anos.
- ☐ Membro do Banco de Conselheiros do BNDES.
- ☐ Consultor de Governança em empresas de diversos setores, como varejo alimentar, setor de aços, agronegócio, logística.

CARREIRA PROFISSIONAL

- ☐ 03/2022-04/2024 Copel GeT Membro do Comitê de Auditoria
- ☐ 12/2021-Atual Banco Senff S.A. Presidente do Conselho Consultivo
- ☐ 05/2021-Atual FTD Editora (Grupo Marista) Conselheiro Fiscal
- ☐ 01/2021-12/2023 One Global Shipping Conselheiro Consultivo
- ☐ 11/2020 -Atual Demercado Conselheiro Fiscal
- ☐ 09/2020-04/2023 Grupo Ezos Presidente do Conselho de Administração
- ☐ 09/2019-09/2020 Fumacense Alimentos Presidente do Conselho Consultivo
- ☐ 06/2019-06/2021 Compagas-Paraná Conselheiro de Administração
- ☐ 02/2005- Atual CGN Consultores Sócio-Diretor
- ☐ 07/2005- Atual Brickinvest Consultoria e Investimentos Sócio-Diretor
- ☐ 04/2014-07/2016 Grupo Noster Conselheiro de Administração
- ☐ 04/2014-12/2015 Euronobre Equip. Industriais Conselheiro Consultivo
- ☐ 07/2010- 07/2012 Banco Triângulo S.A. Gerente Regional
- ☐ 2005-2006 SICOOB SUL Conselheiro de Administração
- ☐ 02/2004- 01/2005 Global Invest Asset Management Diretor Comercial
- ☐ 01/1999 -01/2004 Banco Sudameris Brasil S.A Diretor Regional
- ☐ 04/1987 -12/1998 Banco Credibanco S.A. Diretor Adjunto
- ☐ 07/1985 - 04/1987 Multiplic Banco de Investimento S.A Gerente Regional
- ☐ 1983/1985 Banco Crefisul de Investimentos S. A Senior Account Officer
- ☐ 1982/1983 Banco Noroeste S. A Gerente Regional
- ☐ 1981/1982 Banco Crefisul de Investimentos S.A Senior Account Officer
- ☐ 1978/1981 BRDE Técnico em Desenvolvimento
- ☐ 1974/1978 Grupo Inepar Gerente de Planejamento

IDIOMAS

- ☐ Inglês: Intermediário
- ☐ Espanhol: Intermediário

DADOS COMPLEMENTARES

CPF 232.298.109-53

RG 954.782-7 PR

Natural de Curitiba, estado do Paraná

Curitiba, janeiro de 2024

LUIZ CEZAR VASQUES RODRIGUES

Brasileiro, 3 filhos e 64 anos e Solteiro
Residente em S. Paulo / Capital e São José/SC
(11) 9.97073.4627 – Celular
luizrodriguescorporate@gmail.com
“Chief Restructuring Officer – C.R.O. / C.E.O. ”

OBJETIVOS

ATUAÇÃO NOS SEGMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA, TURNAROUND E RECUPERAÇÃO JUDICIAL JUNTO A EMPRESAS/MERCADOS EM GRAVE CRISE ECONOMICO-FINANCEIRA, EM POSIÇÕES QUE VALORIZEM OS PROFISSIONAIS DE ALTA PERFORMANCE E QUE PRATIQUEM POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO OUSADAS E MERITOCRÁTICAS DE INCENTIVO E RETENÇÃO DOS MELHORES TALENTOS COM BASE NO DESEMPENHO, AUMENTO DE RECEITAS, GERAÇÃO DE CAIXA, PRODUTIVIDADE, EFICIÊNCIA E RETORNO AOS ACIONISTAS.

PROJETO NEGOCIAL

MERCADO – Performar um **Plano de Negócios** Realista, mas Desafiador, definindo: Mercado Alvo, Estratégias comerciais, Nichos de Atuação, Aumento da Carteira de Clientes, Margens de Contribuição, Aumento de Ativos e Resultados (Botton Line).

CREDIBILIDADE – Utilizar todo o potencial humano e de experiência profissional meu e de minha Equipe, perante o Mercado, estabelecendo **Elos de Confiança e Competência** para aumentar a Base de Clientes priorizando os melhores riscos e maiores retornos no uso do capital, dentro de um cenário de curto e médio prazos.

RETORNO AOS ACIONISTAS – Investimento no melhor capital humano disponível e possível, para a formação de uma Equipe de Alta Performance, Aguerrida, Motivada, que Aceitem Desafios e usem a Pressão como forma de Automotivação, focada em Vencer obstáculos **com Resultados que permitam superar, crescentemente, as expectativas de Remuneração aos Acionistas**, com equivalente reconhecimento financeiro aos melhores destaques e talentos.

RELACIONAMENTO – Perfil negociador, com destacada habilidade no trato interpessoal e em especial na gestão de conflitos entre sócios, acionistas, diretoria e corpo gerencial, buscando sempre o melhor resultado aos interesses maiores do Grupo Econômico

PERFIL PROFISSIONAL

PRAGMATICO – CONHECIMENTO – EXPERIÊNCIA - APTIDÃO AO RISCO – PODER DE NEGOCIAÇÃO - COMUNICAÇÃO – RESILIÊNCIA – FOCO EM RESULTADOS – INTELIGENCIA EMOCIONAL – LIDERANÇA

Atuando 40 anos com reestruturações de passivos, turnaround, trade e corporate finance com destacada atuação no meio empresarial, mercado financeiro, seguradoras estrangeiras, na gestão individualizada e de equipes, coordenação de negócios especializados na América Latina, desenvolvendo novos produtos, estruturação e reestruturação de financiamentos tailor made. Vivência internacional na França, Espanha, Chile, Argentina, Peru e Paraguai. Carreira de sucesso no desenvolvimento de novos mercados, reversão de resultados negativos, redução de custos e melhor retorno aos acionistas. Forte atuação na captação de recursos para fomento à produção e investimentos.

EXPERIÊNCIAS

C.E.O./Diretor de Turnaround, Gestão Financeira, reestruturações e reorganizações empresariais e C.R.O. de Grandes e Médias Empresas – com os seguintes destaques mais recentes:

- ☐ Grupo Plasc Plásticos (em RJ) – Biguaçu/SC. – CEO de Dez.2022 até o presente
- ☐ Grupo Construvap Hese – São Paulo / SP.– Fat, de R\$ 250 Milhões / ano
- ☐ E-Commerce Bank Meios de Pagamentos - Foz do Iguaçu e São Paulo / SP, - Fat. R\$ 600 Milhões / ano
- ☐ Grupo Duchon Biscoitos (em RJ) -Jundiaí - SP, com faturamento de R\$ 135 Milhões / ano
- ☐ Grupo CIS Eletrônica da Amazônia – Manaus -AM – com faturamento de R\$ 80 Milhões / ano
- ☐ Grupo Romera Móveis (em RJ)- Arapongas - PR, com faturamento de R\$ 1,10 Bilhões/ano
- ☐ Grupo Calabaza – Santiago / Chile – com faturamento de R\$ 157 Milhões/ano

☐ Pirelli Pneus/Tropical Pneus – Goiânia - GO, com faturamento de R\$ 270 Milhões / ano

Outras Reestruturações

☐ 2015/17 - Montarte Industrial (em RJ)– Santa Isabel – SP - com faturamento superior aos R\$ 120 Milhões /ano

☐ 2014/16 - Teka Tecelagem (em RJ) – Blumenau - SC com faturamento acima dos R\$ 180 Milhões/ ano

☐ 2013/14 -Pilão Amidos (em RJ)– Guaíra - PR com faturamento superior aos R\$ 100 Milhões / ano

☐ Perfumes Dana - SP, - reestruturação do passivo financeiro com ITAU e Santander – alongamos de 12 para 48 meses cerca de R\$ 10 milhões

☐ Mello Laboratório de Análises (em RJ)-SP,

☐ Free Action e Status Bike (Mormaí) – Blumenau - - SC,

☐ Lado Avesso Confecções – Londrina - PR,

☐ Douat Têxtil- Joinville – SC – (em RJ)

☐ Polibras (em RJ)– Cambuí - MG,

☐ Lipon Química (em RJ) - Porto Alegre – RS

FORMAÇÃO

GRADUAÇÃO: 1983 / 2010 - Adm. de Empresas com Habilitação em Comércio Exterior – Universidade São Judas Tadeu/São Paulo-SP

2015 – Fundação Getúlio Vargas - Falências e Recuperações Judiciais

2016 - Fundação Getúlio Vargas - Gestão Estratégica de Custos

2017 - Fundação Getúlio Vargas –Gestão e Planejamento Tributário

CURSOS: Participação em Seminários de renome no Brasil, Espanha, França, Chile e Argentina, ligados ao Comércio Exterior, Structured Trade Finance, Marketing, BNDES Exim, Seguro de Crédito a Exportação e Tributos.

Certificação Profissional ANBID CPA 20

IDIOMAS: Inglês e Espanhol.

FABRÍCIO POZZI COLZANI

Dados Pessoais:

Data de Nascimento: 08/07/1975

Local: Botuverá/SC

Estado Civil: Casado

Dependentes: 03 Esposa e 2 Filhos

Endereço: Rua Gabriel Siegel, 183 – Guarani – Brusque – SC

CEP.: 88.350-680

Telefone: 47 999362524

Formação Acadêmica:

Superior Completo: Bacharel em Administração de Empresas pela Unifebe – Brusque/SC – Turma de 1999.

Especialização: MBA – Parceria entre INPG e FGV – Colégio Elias Moreira – Joinville/SC – Turma de 2001.

Superior Completo: Bacharel em Ciências Contábeis pela Unifebe – Brusque/SC – Turma de 2006.

Experiência Profissional:

Z5 Fidc

Admissão em 2017, sendo a ocupação atual.

Desempenhando funções na área de prospecção de negócios, especialmente junto à empresas do setor têxtil.

Hoje desempenhando a função de Diretor Comercial.

Buettner S/A Indústria e Comércio
Admissão em 1993.

Durante cinco anos atuação nos setores de RH, Compras, Importação e Exportação.

De 1998 a 2011, como Gerente Administrativo Financeiro, responsável pelas áreas de captação de recursos, tesouraria, fluxo de caixa, contas a pagar, contas a receber, câmbio, crédito e cadastro, importação, orçamento e custos, contabilidade e assuntos ligados à área de tributação, inclusive o acompanhamento de causas administrativas e judiciais. Também responsável pelo setor de Recursos Humanos e Informática.

De 2011 a 2016 como Diretor Presidente da empresa, tendo acompanhado todo o processo de Recuperação Judicial.

Idiomas:

Inglês, condições de escrita, leitura e comunicação oral.

HANS-DIETER DIDJURGEIT

Nascido em 02 de agosto de 1952, natural de Blumenau Santa Catarina – Brasil. Possui cidadania alemã. Formado em Engenharia Operacional pela Universidade do Estado de Santa Catarina, em 1975, Engenharia Mecânica pela Universidade do Estado de Santa Catarina em 1978 e Engenharia de Segurança pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1976; Administração de Empresas pela Universidade Regional de Blumenau. Trabalhou como engenheiro de projetos na Proconsult de Karl Rieschbieter, Gerente de Manutenção Mecânica na Electro Aço Altona, onde acumulou o cargo de Engenheiro de Segurança, Gerente de Riscos e Seguros para o Grupo Hering pela Herco.

No ano de 2006, foi empossado como Cônsul Honorário da República Federal da Alemanha, em Blumenau.

No ano de 2007, assume como Diretor Regional para Santa Catarina, da Câmara Brasil Alemanha.

Na ACIB – Associação Empresarial de Blumenau, foi Presidente na gestão 2002 – 2003 e reeleito para a gestão 2004 – 2005. Atualmente é membro do Conselho Superior da Entidade.

Na ADDmakler, foi sócio e Presidente, sendo esta, uma das três maiores corretoras e administradoras de seguros de capital 100 % nacional e da Herco Consultoria de Riscos, especializada em Gerência de Riscos comandando uma equipe de 9 engenheiros.

Presidente do Teatro Carlos Gomes de Blumenau por 12 anos quando liderou a reforma e revitalização dos prédios, instalações e escolas da Sociedade

Conselheiro da Secretaria Regional para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina;

Presidente do Conselho da Fundação Empreender – Handwerkskammer für Munchen und Oberbayern; coordena os Núcleos Setoriais das Associações Empresariais.

É Corretor de Seguros habilitado pela Susep (10.0050296);

Possui diversos cursos de especialização nas áreas de Seguros e Riscos, tanto no Brasil quanto no Exterior;

Quando Presidente da Comissão de Segurança da ACIB, liderou a implantação de Serviço Pré Hospitalar do Corpo de Bombeiros de Blumenau, o 1º do Estado de Santa Catarina. Liderou também a descentralização do Corpo de Bombeiros e do COPOM – Centro de Operações da Polícia Militar;

Idealizador e gestor do movimento de criação do Fundo de Segurança de Blumenau;

Presidente do CIEFE S.A. – Centro Internacional de Eventos e Feiras que viabilizou a implantação da atual Vila Germânica.

Personalidade de Vendas do Estado de Santa Catarina, em 2004, pela ADVB – Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil;

Título Amigo do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina;

Título Amigo da Polícia Militar de Santa Catarina;

Título Amigo do Hospital Santo Antônio;

Condecorado pela Medalha Comandante Lara Ribas da Polícia Militar de Santa Catarina / 2002;

Quando Presidente da ACIB, a entidade foi condecorada pela Medalha Anita Garibaldi, maior honraria dada pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

Condecorado com o troféu Celebridade-Destaque do ano de 2004, pela Fundação Fritz Muller e Fundação Dom Cabral.

Agraciado em 2019 com a Comenda de Mérito Cultural Rose Gaertner pelo Conselho Municipal de Política Cultural de Blumenau.

Conselheiro e representante de investidor da SETRA PLUS Corretora de Seguros e BLUSTERN VEICULOS

ALMIR MAESTRI

61 anos, brasileiro, casado, economista, empresário

Atual Consul Honorário da Estônia para o Sul do Brasil (PR, SC, RS), Spokesperson do Programa E-Residency da Estônia no Brasil; é fundador e CEO da 4WOOD BIOTECH LTDA. iniciou suas atividades no Banco Nacional, tendo trabalhado nos Bancos Cidade e Banco Rural. A partir de 1996 dedicou-se na assessoria financeira, investimentos e operações de M&A, tendo participado de diversas operações no Brasil e Exterior. Em 2007 co-fundou a CON-AID BRASIL S/A, trazendo para o Brasil a tecnologia Sul Africana, de impermeabilização de solos, CON-AID/CBR Plus, vendeu o negócio em 2021. Graduado em Economia pela UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville, Pós-graduado em Finanças pela FGV. Em 2023 foi convidado pelo Ex-Presidente da Estônia, Toomas Hendrick Ilves para o grupo EFIM (Estônia Friends International Meeting), que reúne o investidores e autoridades políticas do Continente Europeu, participa como único convidado sul-americano. Desenvolveu diversos relacionamentos no Norte da Europa voltados a Biotecnologias envolvendo Biocombustíveis e Biomateriais.

JOSÉ FELIPE MATA DE RANGEL MOREIRA CAVALCANTI

Rua Alferes Ângelo Sampaio 2808, apto 1201 Solteiro

Curitiba – PR 80730460 Nasc.:25/02/1954

Cel.: (41) 991914463

e-mail: felipe.cavalcanti@imaribo.com.br

PERFIL PROFISSIONAL

Executivo com carreira desenvolvida na área financeira e industrial, com 29 anos de vivência em instituição bancária de grande porte (CITIBANK), tendo atuado em diferentes regiões do Brasil, culminando seu trabalho como Diretor Superintendente do banco no Paraguai, quando foi avaliado por 3 anos seguidos pela revista Euromoney como “*The Best Bank in Paraguay*”. Experiente no gerenciamento de áreas de “*corporate banking*”. Durante sua carreira, enquanto gestor de áreas de negócios nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraguai esteve envolvido na aprovação e gestão de riscos, chegando a atuar como Diretor de Risco no Paraguai. Durante os últimos 20 anos esteve no setor industrial, sendo 4 anos como Diretor Adm. / Financeiro da TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A.; 1.5 ano como Diretor Adm. / Financeiro da Karsten S.A., empresas do setor têxtil, em Blumenau – SC, e 15 anos no Grupo Imaribo (empresas no setor madeireiro / florestal / serraria / celulose / papeis / embalagens industriais / concessionárias de caminhões e ônibus da marca Volvo) em Curitiba. Inicialmente como Diretor Adm. / Financeiro de 2015 a 2022 como CEO da Iguaçu celulose, papel s.a. onde participou do projeto de ampliação / valorização da companhia, duplicando a capacidade da produção de papel kraft e da produção de embalagens industriais (investimento de US\$140MM), preparando a empresa para venda, ocorrida em 2022 para um grupo chileno. Atualmente como Diretor Adm. / Financeiro da Imaribo S.A. Ind. e Com.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

IMARIBO S.A. IND. E COMERCIO (HOLDING DO GRUPO IMARIBO) 2022 - Presente

Diretor Estatutário, responsável pela área administrativa financeira da companhia.

IGUAÇU CELULOSE, PAPEL S.A. (GRUPO IMARIBO) 2010 – 2022

- Diretor Administrativo Financeiro responsável por estruturar financeiramente o projeto de expansão e valorização da companhia, que consistiu em modernizar e duplicar a capacidade de produção de papel e embalagens industriais, representando um investimento de US\$140 milhões. Negociar com fornecedores dos equipamentos, nacionais e estrangeiros, *funding* no mercado financeiro adequado em moeda e prazo.

- CEO a partir de 2015 - além das atividades de Superintendente estive responsável por coordenar a negociação / equacionamento do passivo fiscal que a empresa carregava do passado, e posteriormente a 2015, com a forte desvalorização cambial, que impactou substancialmente o passivo financeiro da companhia. Nos envolvemos nas renegociações com bancos e demais credores para a viabilidade e atratividade da companhia para apresentação a potenciais interessados no Brasil e no exterior. Todo o processo de venda foi coordenado internamente, sem envolvimento de instituições intermediárias.

KARSTEN S.A. 2008 – 2010

- Diretor Administrativo Financeiro da companhia. Tive a missão de negociar a saída das posições de Derivativos que a companhia carregava no momento, que foi penosa para a companhia, e obter os recursos necessários para a aquisição de uma nova marca premium, que eram os principais objetivos naquele momento.

TEKA – TECELAGEM KUEHNRIK S.A. 2005 – 2008

- Diretor Administrativo Financeiro. Tive a responsabilidade de buscar alternativas financeiras para independizar a companhia da vinculação de uma empresa que vinha fazendo o fomento mercantil, mas que limitava as margens da TEKA. Particpei do projeto de modernização e atualização das fiações, que representava um dos custos importantes do processo produtivo, intensivo de mão de obra, com todos os custos a ele relacionados. Ainda no processo de redução de custos viabilizamos a alteração das caldeiras de geração de vapor a base de energia elétrica para gás, e posteriormente a carvão vegetal. Nessa linha também viabilizamos migração da empresa para o mercado livre de energia elétrica e mudança da classe de tensão Unidade de Artur Nogueira para A2, com expressivas reduções de custo.

CONTROLCARD / CONTROLCRED 2002 – 2005

- Diretor e acionista de empresa voltada a estruturação e gestão de cartões de benefícios “Private Label” e cartões pré-pagos, além de *call center* de cobrança de inadimplentes de instituições financeiras e companhia de telefonia.

CITIBANK S.A. 1973 - 2002

- Country Manager do CITIBANK PARAGUAY responsável pelos negócios da área corporativa, pessoas físicas e cartões de crédito das bandeiras DINERS, MASTERCARD e VISA.
- Vice-Presidente responsável pelos negócios Corporativos e Diretor de Crédito no Paraguai.
- Vice-presidente responsável pelos negócios de “Corporate e Investment banking” para o Estado do Rio Grande do Sul.
- Vice-presidente responsável pelos negócios de “Corporate e Investment banking” para o Estado de Santa Catarina.
- Gerente de Relacionamento para Corporações de médio e grande porte em Recife, Blumenau e Porto Alegre.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Bacharel em Direito – Universidade Federal de Pernambuco - Recife, 1973 / 1977.
- Diversos cursos de treinamento / capacitação em áreas de Negócios / Produtos e Crédito no Centro de Treinamento do Citibank no Brasil e em Fort Lauderdale – FLA.

CHRISTINA SALLES KUEHNRIK

Administradora de Empresas
Brasileira
Empresária
Divorciada
Nascida em 25/01/1955
CPF nº 309.102.429-68
Carteira de identidade nº 281239

FERNANDO MACHADO DOS SANTOS

Fernando possui 25 anos de experiência e auditoria e consultoria. Foi Gerente Sênior Executivo de Assurance na Ernst & Young para a região Sul do Brasil. Com Renato Gonçalves foi um dos sócios

fundadores BERKAN Auditores e Consultores, responde hoje ao lado de Luis Carlos de Souza e Renato na TATICCA escritório de Blumenau pela condução técnica de trabalhos de Auditoria Externa, Valuation, Tributos e Assessoria Contábil. Formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade de Blumenau – FURB, sob registro CRA 26.897 e CRC 43.302. Possui certificação pelo programa IFRS e USGAAP Accreditation, em práticas de auditoria para BRGAAP, IFRS, USGAAP e GERMANGAAP, mercados de capitais, IPO e operação de serviços diversos. Dentro dos principais clientes destacam-se: Whirlpool, ENGIE, Grupo Energisa, Statkraft, Portonave, TCP, Rio Canoas Energia, CELG, Electro Aço Altona, Teka, Perdigão, dentre outros. Cursa MBA em Gestão Tributária pela FEA/USP.

JOSÉ VITOR DA SILVA BRIÃO

brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 5.605.764 expedida pela SESP/SC endereço na Rua José Vicenzi, nº 24, Bairro Velha Central, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89040-297.

Qualificações:

Contador, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina - CRCSC sob o nº 36.323/O-7.

Perito Contador, inscrito no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis - CNPC sob o nº 7587.

Formação Acadêmica:

Graduado em Ciências Contábeis;

Pós-Graduado em Contabilidade;

Pós-Graduado em Controladoria.

Experiências Profissionais:

Contador com mais de 15 anos de experiência em consultoria contábil, fiscal e controladoria;

Consultor contábil e fiscal com vasta experiência em empresas de médio e grande porte.

Contatos:

E-mail: zehvitor@gmail.com

Telefones: 47 98850-2525

JOSÉ AUGUSTO DE LIMA

brasileiro, casado, contador, com endereço profissional na Rua Adam Krieger, nº 89, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89053-050.

Qualificações:

Contador, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina - CRCSC sob o nº 12.586.

Formação Acadêmica:

Bacharel em Ciências Contábeis;

Especialização em Contabilidade Gerencial e Finanças;

Especialização em Qualidade nos Serviços Contábeis.

Experiências Profissionais e Acadêmicas:

Atuação em auditoria externa por mais de duas décadas;

Titular da Lima Contabilidade, desde janeiro de 2016.

Ex-diretor da Fábrica de Chocolate Saturno S.A.;

Fundador e ex-presidente do conselho fiscal do Banco do Vale;

Ex-diretor e ex-presidente do conselho fiscal da Abam – Associação Blumenauense de Amparo aos Menores;

Conselheiro suplente do CRCSC, gestão 1992-1995;

Ex-professor das disciplinas de Perícia Contábil e Contabilidade de Custos na Sociesc (março de 2006 a julho de 2011);

Presidente do Sindicont Blumenau, mandatos 1993-1996, 1999-2002 e 2002-2005;

Artigo Publicado na RBC - Revista Brasileira de Contabilidade, n.º 32, p. 24 a 27. Título: O Saldo da Correção Monetária do Balanço Integra o Resultado Gestorial.

Contatos:

E-mail: audijal@yahoo.com.br

Telefones: 47 3323-0395 99990-7676

CÉSAR AUGUSTO DE LIMA

brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade nº 3.599.063 expedida pela SSP/SC, com endereço profissional na Rua Solingen, nº 27, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89053-314.

Qualificações:

Contador, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina – CRCSC sob o nº 25.000;

Perito Contador, inscrito no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis - CNPC sob o nº 7759;

Auditor Independente, inscrito no Cadastro Nacional de Auditores Independentes - CNAI sob o nº 8136;

Administrador de Empresas, inscrito no Conselho Regional de Administradores de Santa Catarina - CRASC sob o nº 35.335.

Formação Acadêmica:

Graduado em Ciências Contábeis;

Graduado em Administração de Empresas;

Pós-graduado em Perícias Contábeis Judiciais e Extrajudiciais;

Pós-Graduando em Conciliação e Mediação de Conflitos.

Experiências Profissionais:

Contador com mais de 25 anos de experiência em auditoria contábil, exercendo a função de Auditor Sênior e Diretor Técnico, atuando em empresa de médio e grande porte;

Sócio e responsável técnico da Group Consultoria Contábil;

Sócio e responsável técnico da Group Perícias e Auditoria Contábil.

Contatos:

E-mail: cesar@groupconsultoria.com.br

Telefones: 47 3035-4485 98831-9455

PAULO CESAR MARTINS VIANA

Paulo possui mais de 25 anos de experiência em assessoria e transações tributárias. Trabalhou na EY até 2018 aonde ocupou posição de Sócio.

Atualmente é sócio da TATICCA. É bacharel em Ciências Contábeis pela UNIVALI, Pós-Graduado em Planejamento Tributário Empresarial pela ESAG. É formado em Governança Corporativa e Conselho Fiscal pelo IBGC, coordenador do Capítulo SC do IBGC. Paulo possui ampla experiência em áreas como consultoria tributária e societária, Compliance e Governança Corporativa. Membro de comitês tributários de indústria do vestuário, de empresa de logística e de empresa de varejo.

SUZAN PRISCILA RAUSCH

brasileira, solteira, contadora, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina - CRCSC sob o nº 045294/O-2, inscrita no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis - CNPC sob o nº 7836, portadora da Carteira de Identidade nº 4792945 expedida pela SSP/SC, com endereço residencial na residencial na Rua Jardim Marabá, nº 146, Bairro Velha, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89046-575; E-mail: suzanrausch@gmail.com Telefone de contato: 47 98856-8145

Formação Acadêmica:

Graduada em Ciências Contábeis;

Pós-Graduada em Perícia e Auditoria Contábil Empresarial – MBA.

Experiências Profissionais:

Consultora na empresa Group Consultoria;

Trabalhou em cooperativa agrícola de grande porte

ADEMIR HENSCHEL

brasileiro, casado, consultor, portador da Carteira de Identidade nº 2.487.691 expedida pela SSP/SC, com endereço residencial na Rua Bahia, nº 5800, Bairro Salto Weissbach, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89032-001.

E-mail: ademirhenschel@yahoo.com.br

Telefone de contato: 47 98473-2723

Formação Acadêmica

Graduado em Administração com ênfase em Finanças.

Experiências Profissionais:

Consultor na Group Consultoria Contábil;

Trabalhou em empresas de grande porte nacional e multinacional.

RAFAELLA HECHT MORASTONI

brasileira, solteira, contadora, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina - CRCSC sob o nº 44.110/O-2, inscrita no Conselho Regional de Administração do Estado de Santa Catarina - CRASC sob o nº 4-00052, portadora da Carteira de Identidade nº 6.433.872 expedida pela SSP/SC, com endereço profissional na Rua Serra do Cristal, nº 45, Bairro Fortaleza Alta, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89058-130.

E-mail: rafaella@groupconsultoria.com.br

Telefone de contato: 47 99648-8135

Formação Acadêmica

Graduada em Ciências Contábeis;

Pós-Graduada em Controladoria e Finanças - MBA;

Técnica em Administração de Empresas.

Experiências Profissionais:

Contadora e responsável técnica da Value Contabilidade;

Experiência contábil em empresas de médio e grande porte.

A Companhia informa que recebeu após a divulgação da Convocação da AGO através do Administrador Judicial, Dr. Pedro Cascaes Neto, da Leiria & Cascaes Administração Judicial Ltda, a indicação do acionista Alumni Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Alumni FIP”), os seguintes nomes para compor os Conselhos de Administração e Fiscal:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

a)	NOME	José Paulo Marques Netto	Wendel Caleffi	Rogério Marques	Roberto Petersen Júnior	Márcio Campello
b)	DATA NASCIMENTO	não informado	não informado	não informado	não informado	não informado
c)	PROFISSÃO	Auditor	Consultor	Auditor / Consultor	Auditor / Consultor	Investidor
d)	DOCUMENTO	não informado	não informado	não informado	não informado	não informado
e)	CARGO ELETIVO	EFETIVO	EFETIVO	EFETIVO	EFETIVO	EFETIVO
f)	DATA ELEIÇÃO	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024
g)	DATA POSSE	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024
h)	PRAZO MANDATO	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
i)	ELEITO PELO CONTROLADOR	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
j)	MEMBRO INDEPENDENTE	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
k)	MANDATOS CONSECUTIVOS	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
l)	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAIS	segue abaixo	segue abaixo	segue abaixo	segue abaixo	segue abaixo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

a)	NOME	Emerson Silvério
b)	DATA NASCIMENTO	não informado
c)	PROFISSÃO	Auditor / Consultor
d)	DOCUMENTO	não informado
e)	CARGO ELETIVO	SUPLENTE
f)	DATA ELEIÇÃO	30/12/2024
g)	DATA POSSE	30/12/2024
h)	PRAZO MANDATO	3 anos
i)	ELEITO PELO CONTROLADOR	NÃO
j)	MEMBRO INDEPENDENTE	SIM
k)	MANDATOS CONSECUTIVOS	n.a.
l)	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAIS	segue abaixo

CONSELHO FISCAL

a)	NOME	Paulo César Lima	André Luiz Corrêa	Dagoberto Uszko
b)	DATA NASCIMENTO	não informado	não informado	não informado
c)	PROFISSÃO	Auditor / Consultor	Auditor / Consultor	Auditor
d)	DOCUMENTO	não informado	não informado	não informado
e)	CARGO ELETIVO	EFETIVO	EFETIVO	EFETIVO
f)	DATA ELEIÇÃO	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024
g)	DATA POSSE	30/12/2024	30/12/2024	30/12/2024
h)	PRAZO MANDATO	a definir	a definir	a definir
i)	ELEITO PELO CONTROLADOR	NÃO	NÃO	NÃO
j)	MEMBRO INDEPENDENTE	SIM	SIM	SIM
k)	MANDATOS CONSECUTIVOS	n.a.	n.a.	n.a.
l)	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAIS	segue abaixo	segue abaixo	segue abaixo

CONSELHO FISCAL

a)	NOME	Helio de Oliveira Siqueira
b)	DATA NASCIMENTO	não informado
c)	PROFISSÃO	CFO / CEO
d)	DOCUMENTO	não informado
e)	CARGO ELETIVO	SUPLENTE
f)	DATA ELEIÇÃO	30/12/2024
g)	DATA POSSE	30/12/2024
h)	PRAZO MANDATO	a definir
i)	ELEITO PELO CONTROLADOR	NÃO
j)	MEMBRO INDEPENDENTE	SIM
k)	MANDATOS CONSECUTIVOS	n.a.
l)	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAIS	segue abaixo

JOSÉ PAULO MARQUES NETTO

Trajetória

José Paulo Marques Netto é contador formado, com uma sólida carreira que se estendeu por mais de 40 anos na PwC. Durante sua trajetória na PwC, ocupou diversas funções de liderança, atuando em escritórios de São Paulo, Manaus, Recife, Porto Alegre e Ribeirão Preto. Em 2008, assumiu a posição de Country Geographic Leader da PwC Equador, onde permaneceu até 2013, liderando projetos estratégicos que transformaram a operação local. Além disso, é certificado como Coach Executivo pela Universidade de Monterrey e pela Newfield, no Chile, e possui um vasto conhecimento em governança corporativa, auditoria e finanças.

Desde 2016, atua como Presidente do Conselho Fiscal da Ouro Fino Saúde Animal, onde vai além da análise financeira, colaborando diretamente com executivos e equipes em questões de governança, auditoria interna e gestão de riscos. Também lidera o Conselho Consultivo da Campofert, com foco na melhoria da governança e geração de caixa.

Principais Experiências

Conduziu escritórios de auditoria em várias regiões do Brasil, ganhando uma ampla visão das práticas empresariais em diversos setores.

Como líder da PwC no Equador, foi responsável pela elaboração de um plano estratégico que resultou no crescimento significativo da empresa, além da formação de sucessores, garantindo uma transição sólida para a próxima geração de líderes.

WENDEL CALEFFI

Trajetória

O Sr. Wendel é formado em Direito, na Unib – Universidade Ibirapuera com Pós-Graduação em Administração de Empresas e especializações em Fusões e Aquisições pela FGV, além de Finanças pela FEA USP.

Entre 2016 e 2022, atuou como Sócio da EXM Partners, onde liderou as áreas de M&A e Gestão Interina. Ao longo de sua carreira, teve passagens por empresas de destaque, como as Termelétricas Borborema e Maracanaú (atual Bolognesi Energia), SPMAR, AB Concessões, Cibe Participações S.A., e Banco do Brasil, em funções de liderança financeira e de relações com investidores.

Principais Experiências

Experiência em mais de 30 casos de reestruturação empresarial, com foco na implementação de soluções em situações de estresse financeiro. Especialização em gestão interina e participação em comitês de crise, com ênfase na renegociação de dívidas, recuperação de liquidez e reposicionamento estratégico de negócios.

Atuação em processos de fusões e aquisições (M&A) no setor de energia, conduzindo operações estratégicas voltadas para a maximização de valor aos acionistas e a sustentabilidade de longo prazo das empresas envolvidas.

Experiência significativa em negociações com credores, resultando em novos pactos e reestruturações de dívidas de alta complexidade, assegurando a viabilidade financeira das empresas.

Participação no Conselho de Administração da AB Concessões, contribuindo com visão estratégica voltada para a eficiência operacional, inovação e otimização de portfólios de ativos.

ROGÉRIO MARQUES

Trajetória

Graduado em Ciências Contábeis pela PUC-Campinas (1999), Pósgraduado em Finanças pela PUC-São Paulo (2006) e com especialização em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral (2007), possui formação em Conselho Fiscal pelo IBGC e ampla experiência em governança corporativa. Atuou por 10 anos em auditoria e consultoria empresarial em empresas como PwC e EXM Partners, conduzindo auditorias financeiras, due diligence, reestruturações e recuperações judiciais. Nos últimos 14 anos, ocupou posições

executivas em Finanças e Controladoria em multinacionais como Ambev, Maersk/BTP e ACCO Brands, liderando processos de integração pós-fusão, reestruturações empresariais, implementação de governança e projetos de transformação organizacional. Sólida vivência em planejamento estratégico, compliance e gestão de riscos, visão estratégica e foco em geração de valor sustentável.

Principais Experiências

Na PwC conduziu processos de *due-diligence* e avaliação de empresas para fusões e aquisições. Conduziu a profissionalização de uma empresa familiar ao estruturar controles internos e dados financeiros que viabilizaram sua negociação com um grupo multinacional. Na EXM conduziu diversos processos de recuperação judicial com sucesso. Na Ambev, atuou na criação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) no México, sendo responsável pela frente de Controladoria e Finanças, assegurando a eficiência e integração dos processos financeiros. Na Maersk/BTP, conduziu a gestão da tesouraria, operações de hedge, riscos corporativos e pelo relacionamento com investidores, fortalecendo a governança financeira. Na ACCO Brands, liderou a profissionalização de uma empresa familiar adquirida por multinacional americana, implementando controles internos SOX, ferramentas de planejamento financeiro e reporting, além de conduzir a operação durante o período de crise, garantindo a continuidade das atividades com sucesso.

ROBERTO PETERSEN JÚNIOR

Trajetória

O Sr. Petersen é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Moura Lacerda. Complementou sua formação com uma Pós-Graduação na Universidade Moura Lacerda em Contabilidade e controladoria e depois em Administração de Empresas. Possui também o certificado como Conselheiro TrendsInnovation, pela Inova Business School – São Paulo.

Em sua extensa trajetória profissional, iniciou sua carreira no Banco Safra, passou pela Sadia Comercial Ltda, depois pela PwC, Usina São Geraldo, Gnatus equipamentos Médico-Odontológicos Ltda, Vianorte S/A e CCAN e Grupo empresarial Moema. Em seguida, integrou a Drogacenter/DCenter Dist. Ltda., em 2008, no cargo de Gerente Executivo de Administração e Finanças. Posteriormente, trabalhou na Award Auditores Independentes, e CH9 Consultores até 2014. Depois disso, ingressou na EXM Partners, onde atua desde 2016, chegando no cargo de Consultor/Executivo e Watchdog. E de 2020 a 2023, foi Membro do Conselho Consultivo na Alliage S/A Indústrias Médico Odontológica.

Principais Experiências

Participação no processo de venda de empresa no Brasil e na gestão compartilhada entre vendedores e compradores – com foco na transição de controle acionário e de gestão.

Experiência no gerenciamento de projetos de reestruturação contábil e tributária, reorganização societária, implantação de sistemas ERP, desenvolvimento de estudos de viabilidade econômica, criação de indicadores de desempenho, definição de controles internos e controle patrimonial.

Experiência em contabilidade (CPC e IFRS), planejamento e controle orçamentário, sistemas de custeio, políticas e estratégias financeiras, gestão de fluxo de caixa, proteção cambial, negociação com bancos, fornecedores, clientes e acionistas.

Atuação em gestão tributária, jurídica, desenvolvimento de planos de negócios, auditorias interna e externa, além da implantação de políticas de recursos humanos e projetos sociais.

MÁRCIO CAMPELLO

Trajetória

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estácio de Sá, atua como investidor profissional autônomo desde 2004. Foi membro efetivo do conselho de administração da Telebrás entre 2015 e 2020, membro efetivo do conselho de administração da Inepar entre 2019 e 2021, membro efetivo do conselho fiscal de Telebrás entre 2020 e 2021 e atua como membro efetivo do conselho fiscal da OSX desde 2024.

Principais Experiências

Participação ativa nos Conselhos de Administração e Fiscais da Telebras S.A., INEPAR S.A, OSX S.A.

Experiência de mais de 20 anos no mercado financeiro e avaliação de empresas, em particular empresas em dificuldades financeiras e Recuperação Judicial.

EMÉRSO SILVÉRIO

Trajetória

Bacharel em Administração de Empresas (1995) e Ciências Contábeis (1998) pelo Centro Universitário Moura Lacerda, com curso para Conselheiros de Administração em andamento pelo IBGC, possui sólida experiência em consultoria empresarial, reestruturação financeira e governança corporativa. Iniciou a carreira na Usina Albertina (1992-1994) como APC Agrícola, passando pela Santa Emília Veículos (1995-2001) como Auditor Interno e Gerente Financeiro, e pela PS&G Assessoria Empresarial (2001-2003) como Sócio-Diretor. Atuou como Diretor Financeiro na Drogaria Iporanga (2005-2006), Diretor na Exame Auditores Independentes (2007-2013), e Sócio-Diretor da Faccilytho Capital e Rentabilidade Ltda (2014-2024), especializada na aquisição de créditos estressados e negociação com credores.

Principais Experiências

Mais de 25 anos de experiência em consultoria empresarial, reestruturação financeira e governança corporativa, lidera projetos focados em recuperação judicial e estratégias para restaurar a saúde financeira de empresas. Como Sócio-Diretor da Faccilytho Capital e Rentabilidade, estruturou soluções para aquisição de créditos estressados e negociou acordos complexos com credores. Na EXM, atuou em auditorias e consultorias estratégicas, ajudando empresas em momentos críticos. Implementou controles internos e otimizou processos financeiros como Diretor Financeiro da Drogaria Iporanga e liderou auditorias e reestruturações na Santa Emília Veículos.

Entre suas realizações, destacam-se a negociação de dívidas complexas, implementação de controles SOX e ferramentas gerenciais, além de conduzir empresas durante crises, garantindo a continuidade das operações. Hábil em análise financeira, governança corporativa e gestão de crises, é reconhecido por sua capacidade de criar valor sustentável para stakeholders.

PAULO CÉSAR LIMA

Trajetória

Graduado em Ciências Contábeis pela Centro Universitário Moura Lacerda (1990) e Pós-Graduado em contabilidade e controladoria pela Moura Lacerda (1995), membro do IBRACON e IBCG, e registrado como auditor no CNAI para categorias geral e CVM.

Iniciou sua carreira na Boucinhas & Campos e Trevisan Auditores Independentes, onde atuou de 1989 a 1996. Posteriormente, integrou a PwC, onde permaneceu de 1996 a 2006. Após esse período, passou a fazer parte da Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia, permanecendo até 2011. Desde então, vem atuando no Grupo ValorUp como Sócio-Diretor. Atua como membro do Conselho Fiscal das empresas Ourofino e Baldan e como membro do Conselho de administração da companhia Botafogo Futebol S.A..

Principais Experiências

Atuação por mais de 30 anos em auditoria independente de empresas de diversos segmentos e indústrias, incluindo atividades reguladas pelo BACEN, pela ANS e Cooperativas; com destaque para atuação em entidades do agronegócio.

Atuação por 5 anos como executivo de controladoria em empresa de grande porte da região de Ribeirão Preto, destacando-se por trabalhos de reestruturação operacional, implementação da área de controladoria e condução de processo de M&A da empresa.

Atuação como responsável por projetos de consultoria financeira em trabalhos de valuation, de avaliação de valor econômico de ativos e negócios, testes de impairment; atribuição de "valor justo" e, como sócio responsável em trabalhos de consultoria de negócios, tributária e societária.

ANDRÉ LUIZ CORRÊA

Trajetória

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Moura Lacerda (1996) e Pós-Graduado/MBA em Gestão Empresarial pela FGV (2007). Membro da IBRACON, ICBR e IBCG, onde se certificou como conselheiro fiscal. Auditor registrado no CNAI e na CVM.

Atuou na PwC entre 1996 a 2011, e posteriormente na ValorUp onde atua até o presente momento como Sócio-Diretor. Além disso é professor convidado em cursos de MBA, especialmente em Auditoria e Contabilidade, e é o Presidente do conselho fiscal do Instituto Brasileiro da Família e do Clube de Regatas Ribeirão Preto.

Principais Experiências

Conhecimento avançado sobre as normas brasileiras e internacionais de auditoria independente, bem como sobre as normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

Atuação por mais de 25 anos em auditoria independente de empresas de diversos setores, incluindo atividades reguladas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com destaque para o setor agroindustrial e suas especificidades, como custeio agrícola e industrial, ativos biológicos, derivativos e arrendamentos.

No âmbito de consultoria financeira; atuação à frente da área de Valuation da ValorUp, nos últimos 7 anos, em diversos projetos de avaliação de valor econômico de ativos e negócios, inclusive para fins de Alocação do Preço de Compra (PPA), teste de impairment e atribuição de "Valor Justo".

DAGOBERTO USZKO

Trajetória

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade São Judas Tadeu (1994) e Mestre em controladoria e contabilidade estratégica, na FECAP (2002).

Atuou na BDO Directa Auditores entre 1991 e 2002, chegando à posição Gerencial. Em seguida, atuou na MDU – Adm e Fianc. Negócios Ltda entre 2002 e 2004 como Gerente e de 2005 a 2015 atuou na SIFCO METALS PARTICIPAÇÕES S/A como Diretor de Controladoria e Relações com o Mercado. Durante esse período, também atuou como Diretor Executivo de Mercado de Capitais na ANAFAC, de 2010 a 2016. Desde 2008, exerce a função de Diretor Financeiro da MDU Gestão de Negócios Empresariais. Em 2016, passou a integrar a FLUIDRA Brasil Indústria e Comércio Ltda, onde atua como Diretor Financeiro e membro do Conselho de Gestão até o presente momento.

Principais Experiências

Mais de 20 anos atuando fortemente na reestruturação e gestão de empresas com dificuldades financeiras e operacionais, liderando a controladoria e equipes das áreas Industrial, Comercial, Financeira e Administrativa. Experiência na preparação de empresas para abertura de capital (IPO) e em diversas operações financeiras, incluindo captações por meio de bonds americanos, debêntures, cédulas de crédito imobiliário (CCI), implantação de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC's) e gerenciamento de capital de giro.

Atuação como Auditor Externo por 11 anos na BDO Directa Auditores (empresa de auditoria externa e consultoria contábil, financeira e tributária), além de parcerias por 2 anos com as principais empresas de auditoria externa. Liderança de projetos estruturados para abertura de capital. Experiência em gestão tributária por 2 anos em empresas de consultoria tributária.

Experiência como Diretor de Controladoria, Financeiro/Controller e Relações com o Mercado, atuando em reestruturações de empresas dos setores automotivo e metal mecânico, com responsabilidade pelas operações estruturadas e relacionamento com auditorias externas (KPMG e Deloitte), montadoras, fornecedores, bancos e investidores.

HÉLIO DE OLIVEIRA SIQUEIRA

Trajetória

Graduado em Ciências Econômicas pela FECAP (1994). Complementou sua formação com um MBA pela Fundação Dom Cabral (2005), um Pós-MBA pela Kellogg School of Management em Chicago (2008) e, mais recentemente, completou o curso de Conselho de Administração pelo IBGC (2019).

Em sua trajetória profissional, assumiu o cargo de CFO do Grupo Martins Atacadista em 2009. Em 2011, passou a integrar a ALLIAGE, fruto da fusão das duas maiores empresas de equipamentos médicos e odontológicos do Brasil, onde permaneceu como CFO até 2017. Desde 2018 exerceu diversas funções estratégicas: CEO de uma empresa de transportes em São Paulo, CFO de uma empresa no segmento de ração animal, CFO de uma grande empresa de energia em Belo Horizonte e, atualmente, CFO da maior empresa de eficiência energética do Brasil.

Principais Experiências

Desenvolvimento de um plano de Recuperação Judicial com 100% de aprovação dos credores como CEO de uma empresa de transportes, além do processo de turnaround.

Desenvolvimento de um plano de reestruturação como CFO de uma empresa no segmento de ração animal.

Desenvolvimento de um Plano de Recuperação como CFO de uma grande empresa de energia, e gestão do processo de recuperação e liquidação de operação de DIP.

Experiência em operações internacionais com as estruturas, na empresa Gnatus, de uma planta fabril na China com operação estruturada via Hong Kong.

Liderança no processo de fusão entre Gnatus e Dabi Atlante, as duas maiores empresas no ramo de equipamentos odontológicos no Brasil e América Latina, formando a Empresa ALLIAGE.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não há comitês instalados

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há relação entre as partes

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social
- b. controlador direto ou indireto do emissor
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há relação de subordinação

Anexo III: Remuneração dos administradores - Artigo 13 da Resolução 81/22 e nos moldes do Item 8 do FRe (Resolução CVM nº 80/22)

Art. 12 Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

Conforme demonstrado no item 8.2- letra F.

II – as informações indicadas no item 8 do formulário de referência.

8 . Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não há política formal de remuneração. Assim como, no momento, não há Conselho Fiscal, Conselho de Administração e comitês remunerados.

- b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam
- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos
- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

- Conselho de Administração – no momento não há conselhos.
- Diretor Presidente: Acumulando os cargos de Gestor Judicial, Diretor Presidente e Diretor de Relacionamento com Investidores, sendo indicado pelo Juízo em 11/07/2024, e sua remuneração conforme estipulada judicialmente.
- Diretoria – remuneração 100% fixa.
- O reajuste da parcela fixa da remuneração da Diretoria da Companhia é definido anualmente em Assembleia Geral de Acionistas.

- c. composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:
 - seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor;
 - sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais;
 - sua metodologia de cálculo e de reajuste

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

ii. razões que justificam a composição da remuneração

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica.

- d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica.

- e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró labore
- benefícios diretos ou indiretos
- outros

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões
- comissões
- outros

iii. benefícios pós-emprego

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

v. remuneração baseada em ações, incluindo opções

e valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

f total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

31/12/2021 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2	0	5
Nº de membros remunerados	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	180.000,00	747.338,59	0,00	927.338,59
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	180.000,00	747.338,59	0,00	927.338,59

31/12/2022 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2	0	5
Nº de membros remunerados	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	190.500,00	772.295,80	0,00	962.795,80
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	190.500,00	772.295,80	0,00	962.795,80

2023 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2	0	5
Nº de membros remunerados	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	208.164,00	799.186,64	0,00	1.007.350,64
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	208.164,00	799.186,64	0,00	1.007.350,64

2024 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2	0	5
Nº de membros remunerados	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	220.000,00	835.000,00	0,00	1.055.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	220.000,00	835.000,00	0,00	1.055.000,00

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados

- d. em relação ao bônus:
 - vi. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - vii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - viii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - ix. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- e. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica.

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não há remuneração baseada em ações.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - i. em aberto no início do exercício social
 - ii. perdidas e expiradas durante o exercício social
 - iii. exercidas durante o exercício social

e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não há remuneração baseada em ações.

8.6. Em relação a outorga de opções de compra do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de opções outorgadas
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. prazo máximo para exercício das opções
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. valor justo das opções na data da outorga
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não há remuneração baseada em ações.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não se aplica.

8.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado do exercício
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado do exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não se aplica.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não se aplica.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de ações outorgadas
- f. prazo máximo para entrega das ações
- g. prazo de restrição à transferência das ações
- h. valor justo das ações na data da outorga
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não se aplica.

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de aquisição
- f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas
- g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

Não se aplica.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.

8.13. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Não se aplica.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não se aplica.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados

- d. valor da maior remuneração individual
- e. valor da menor remuneração individual
- f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3	2	0
Nº de membros remunerados	3	2	0
Valor da maior remuneração(Reais)	60.000,00	373.671,25	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	60.000,00	373.667,25	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	60.000,00	373.669,30	0,00

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3	2	0
Nº de membros remunerados	3	2	0
Valor da maior remuneração(Reais)	63.500,00	386.147,90	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	63.500,00	386.147,90	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	63.500,00	386.147,90	0,00

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3	2	0
Nº de membros remunerados	3	2	0
Valor da maior remuneração(Reais)	69.388,00	399.593,32	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	69.388,00	399.593,32	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	69.388,00	399.593,32	0,00

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

- Diretoria e Conselho de Administração: No caso de destituição, será pago o saldo da remuneração referente ao mês em curso.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do

conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	2021	2022	2023
REMUNERAÇÃO TOTAL / ano	R\$ 927.338,59	R\$ 962.795,80	R\$ 1.007.350,64
PARTES RELACIONADAS / ano	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
% Partes Relacionadas	0,0%	0,0%	0,0%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não se aplica.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações sobre este item.

Anexo IV: Destinação do Lucro Líquido (Artigo 10, Parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM 81/22)

Não apresentado em função da apuração de prejuízo no exercício.